

**Felipe Braga Netto**

*Manual de*  
**DIREITO DO**  
**CONSUMIDOR**

À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

**13<sup>a</sup>**  
**edição**

.....  
revista,  
atualizada  
e ampliada

**2018**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Marcelo S. Brandão ([santibrando@gmail.com](mailto:santibrando@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

---

B813m Braga Netto, Felipe Peixoto  
Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ / Felipe Peixoto Braga Netto – 13. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.  
608 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-1894-5.

1. Defesa do consumidor – Legislação. 2. Código de defesa do consumidor. 3. Direito do consumidor. I. Braga Netto, Felipe Peixoto. II. Título.

CDU 342.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

<b>CONTEXTUALIZANDO O CDC .....</b>	<b>45</b>
1. O CDC como um “microsistema legislativo” .....	45
2. O que são normas de “ordem pública e interesse social”? .....	46
3. Autonomia e heteronomia .....	47
4. O CDC como uma “lei de função social” .....	49
5. O fundamento constitucional do CDC .....	50
6. Questões de Concursos.....	51
7. Quadro Sinótico.....	53

## CAPÍTULO II

<b>CARACTERÍSTICAS DO CDC.....</b>	<b>55</b>
1. Normas principiológicas.....	55
2. Vocação de expansão .....	57
3. Diálogo das fontes.....	58
4. Irrelevância dos aspectos formais.....	60
5. Questões de Concursos.....	61
6. Quadro Sinótico.....	62

## CAPÍTULO III

<b>PRINCÍPIOS DO CDC.....</b>	<b>63</b>
1. Vulnerabilidade do consumidor.....	63
2. Transparência .....	65
3. Informação.....	67
4. Segurança.....	71
5. Equilíbrio nas prestações .....	75
6. Reparação integral .....	78
7. Solidariedade.....	81
8. Interpretação mais favorável ao consumidor (interpretação contra o estipulante) .....	87
9. Boa-fé objetiva .....	90
10. Reparação objetiva.....	92
11. Adimplemento substancial.....	95

12. “Venire contra factum proprium” .....	97
13. Conservação do contrato .....	98
14. Modificação das prestações desproporcionais .....	99
15. Equidade .....	101
16. Harmonia nas relações de consumo .....	103
17. Acesso à justiça .....	107
18. Questões de Concursos .....	113
19. Quadro Sinótico .....	124

## CAPÍTULO IV

### RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO ..... 125

1. Os sujeitos .....	125
2. Identificando o consumidor e o fornecedor .....	126
2.1. A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras .....	126
2.2. Internet e relações de consumo no STJ .....	131
2.3. Os profissionais liberais são fornecedores de serviços? .....	138
3. Teorias “maximalista” e “minimalista” .....	141
4. Compreendendo a expressão “destinatário final” .....	142
4.1. Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final” .....	144
5. A pessoa jurídica como consumidora .....	146
6. Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções .....	147
7. Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica .....	148
8. Consumidor por equiparação .....	148
8.1. As três hipóteses previstas do consumidor por equiparação (art. 2º, parágrafo único; art. 17; art. 29) .....	148
8.2. Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo .....	151
9. Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC .....	152
9.1. Exceção: juros de mora .....	153
9.1.1. Responsabilidade contratual .....	153
9.1.2. Responsabilidade extracontratual .....	153
10. Questões de Concurso .....	153
11. Quadro Sinótico .....	165

## CAPÍTULO V

### RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO ..... 169

1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço .....	169
2. Vício do produto .....	170
3. Vício do serviço .....	173
4. Fato do produto .....	173

5. Fato do serviço .....	175
6. Perigo intrínseco.....	176
7. Prazo decadencial do vício .....	177
8. Prazo prescricional do fato.....	178
9. Responsabilidade objetiva do fornecedor .....	179
10. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor .....	181
11. Comerciante: responsabilidade subsidiária?.....	182
12. Questões de Concursos.....	183
13. Quadro Sinótico.....	192

## CAPÍTULO VI

<b>EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE.....</b>	<b>195</b>
1. Excludentes de responsabilidade: quais são aceitas no sistema de consumo? .....	195
2. Caso fortuito ou força maior .....	196
2.1. Irrelevância da distinção .....	197
2.2. Distinção relevante.....	198
2.2.1. Fortuito interno.....	198
2.2.2. Fortuito externo.....	199
2.3. A análise dos riscos assumidos pelo fornecedor (a questão da esfera de risco) .....	200
3. Culpa exclusiva da vítima .....	202
4. Fato exclusivo de terceiro.....	202
5. Culpa concorrente.....	204
6. Teoria do risco do desenvolvimento.....	205
7. Compreendendo a distinção entre excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade civil.....	207
8. Questões de Concursos.....	211
9. Quadro Sinótico.....	214

## CAPÍTULO VII

<b>DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO .....</b>	<b>215</b>
1. Breve panorama legislativo e jurisprudencial .....	216
2. Indenização ressarcitória e indenização compensatória.....	217
3. Morte de familiar: quem poderá propor ação contra o fornecedor de produtos ou serviços? .....	219
4. Quais agressões perfazem dano moral?.....	220
5. Danos não patrimoniais de alguma gravidade.....	222
6. Se a vítima falecer antes de propor ação, os herdeiros podem fazê-lo?.....	224
7. A quantificação do dano moral.....	225
8. O STJ pode alterar valores de dano moral? .....	226

9.	A condição econômica do autor do dano e da vítima influem na fixação do valor?.....	228
10.	A dúplice função do dano moral (aspecto punitivo ou pedagógico) .....	229
11.	CDC x Convenção de Varsóvia: indenização por perda de bagagem .....	231
12.	O dano moral sofrido por consumidor pessoa jurídica.....	233
13.	Dano moral pode resultar do descumprimento do contrato pelo fornecedor de produtos ou serviços? .....	234
14.	Dano moral e dano estético podem ser cumulados? .....	236
15.	Como se provam os fatos constitutivos do dano moral? A questão dos danos <i>in re ipsa</i> .....	237
16.	A questão do nexo causal no dano moral .....	239
16.1.	Repensando o nexo causal: flexibilizações e presunções do nexo causal .....	242
17.	Responsabilidade civil das empresas de estacionamento .....	243
17.1.	Excludentes de responsabilidade civil .....	243
17.2.	Irrelevância da gratuidade.....	244
17.3.	Outras hipóteses.....	245
17.3.1.	Shopping centers ou supermercados.....	245
17.3.2.	Estacionamento de hospital .....	247
17.3.3.	Estacionamento de hotel.....	247
17.3.4.	Estacionamento por manobristas de restaurantes .....	247
17.3.5.	Estacionamento de postos de combustível.....	248
18.	Responsabilidade civil no transporte de pessoas .....	249
18.1.	Contextualização.....	249
18.2.	Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade.....	249
18.3.	O dano causado por terceiro: responde a empresa de transporte?.....	249
18.3.1.	Dano conexo ao transporte .....	250
18.3.2.	Dano desconexo ao transporte .....	250
18.4.	Transporte gratuito ou de mera cortesia.....	251
18.5.	Excludentes de responsabilidade.....	252
18.5.1.	Culpa exclusiva da vítima.....	252
18.5.2.	Caso fortuito ou força maior (Código Civil, art. 393, parágrafo único)...	253
18.5.2.1.	Fortuito interno e fortuito externo.....	254
18.5.2.1.1.	Fortuito interno.....	254
18.5.2.1.2.	Fortuito externo .....	254
18.5.2.1.2.1.	Uma brevíssima análise crítica ....	255
18.6.	Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar.....	256
18.7.	Aplicação do CDC ao contrato de transporte.....	257
18.8.	Danos causados a terceiros (não passageiros) .....	257
19.	Responsabilidade civil dos médicos: contextualização e lastro normativo .....	258
19.1.	Médicos x advogados: posições diferenciadas do STJ.....	259
19.2.	Consequências da aplicação do CDC aos médicos.....	260

19.3. Responsabilidade civil dos hospitais particulares: um regime diferenciado (duas formas diversas de responsabilidade).....	262
19.4. Danos sofridos em hospitais públicos ensejam a aplicação do CDC? Uma reflexão contextualizada. ....	265
19.4.1. Serviços públicos sociais.....	267
19.5. Dever de atendimento em casos de urgência, mesmo nos estabelecimentos privados.....	268
19.6. Disciplina do Código Civil, seguro de responsabilidade civil e código de ética médica.....	268
19.7. O uso construtivo do silêncio: técnicas de contenção judicial.....	270
19.7.1. Dever de tutela do melhor interesse do paciente.....	271
19.8. A responsabilidade médica como contratual: há relevância?.....	272
19.9. A questão da equipe médica: até que ponto uns respondem por atos de outros? ....	273
19.10. A reexecução dos serviços: o paciente pode ser constrangido a realizá-los com o mesmo médico?.....	274
19.11. É necessário que a culpa do médico seja grave?.....	274
19.11.1. Erros grosseiros e reflexos no <i>quantum</i> indenizatório.....	275
19.12. A questão do consentimento do paciente.....	276
19.13. O erro de diagnóstico.....	277
19.14. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos.....	278
19.14.1. Obrigações de meio.....	278
19.14.2. Obrigações de resultado.....	278
19.14.2.1. Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente.....	279
19.14.3. Procedimentos de natureza mista.....	280
19.14.4. A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos? ...	281
19.15. Aplicação da teoria da perda da chance à responsabilidade médica.....	283
19.16. Inversão do ônus da prova, teoria da distribuição dinâmica e outras tendências que se fortalecem na legislação, doutrina e jurisprudência.....	284
20. Perda da chance.....	287
21. Dano moral coletivo.....	289
22. Dano social.....	292
23. Dano institucional.....	293
24. Questões de Concursos.....	294
25. Quadro Sinótico.....	298

## CAPÍTULO VIII

<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CDC.....</b>	<b>301</b>
1. Decadência (vício do produto ou serviço).....	301

1.1.	Vício oculto .....	301
1.1.1.	Produtos duráveis .....	302
1.1.2.	Produtos não duráveis.....	302
1.2.	Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual .....	302
1.3.	Vício aparente .....	302
1.4.	Causas que suspendem a decadência.....	303
2.	Prescrição (fato do produto ou serviço).....	303
2.1.	Quando se inicia a contagem do prazo prescricional? .....	306
3.	Conflitos entre o CDC e CC/2002: interpretação favorável ao consumidor .....	307
3.1.	Acidentes com passageiros no transporte de pessoas.....	307
3.2.	Inclusões indevidas em cadastros negativos.....	308
3.3.	Ação para exigir contas (CPC/2015, art. 550 e seguintes).....	310
3.4.	Prazo prescricional para questionar cláusulas abusivas em contratos de consumo (revisão e pretensão condenatória à devolução dos valores) .....	310
3.5.	Repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.....	311
3.6.	Algumas questões relativas aos seguros.....	312
4.	Questões de Concursos.....	313
5.	Quadro Sinótico.....	319

## CAPÍTULO IX

<b>DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....</b>	<b>321</b>
1. Desconsideração da personalidade jurídica .....	321
2. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la.....	321
3. Desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores .....	322
3.1. Teoria maior e teoria menor da desconsideração .....	323
3.1.1. Teoria maior .....	323
3.1.2. Teoria menor .....	323
4. Críticas ao art. 28 do CDC .....	324
5. Sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, sociedades consorciadas e sociedades coligadas .....	325
6. O juiz pode declarar a indisponibilidade dos bens na própria sentença declaratória de falência?.....	326
7. A aplicação da teoria significa encerramento das atividades da pessoa jurídica? .....	326
8. Aplicação da teoria da desconsideração pela Administração Pública .....	327
9. A questão da sociedade irregular ou de fato .....	327
10. Há necessidade de propositura de ação autônoma? .....	327
11. Desconsideração inversa .....	329
12. Questões de Concursos.....	329
13. Quadro Sinótico.....	334



**CAPÍTULO X**

<b>PRÁTICAS COMERCIAIS .....</b>	<b>335</b>
1. Pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais .....	335
2. O efeito vinculante da oferta publicitária .....	338
3. O dever de prestar informações corretas e precisas .....	340
4. Oferta de peças de reposição .....	341
5. Venda por telefone ou reembolso postal.....	342
6. Solidariedade do fornecedor pelos atos dos prepostos ou representantes autônomos .....	342
6.1. Teoria da aparência.....	343
7. Opções para o consumidor na hipótese do fornecedor recusar cumprimento à oferta publicitária .....	344
8. Questões de concursos.....	345
9. Quadro Sinótico.....	346

**CAPÍTULO XI**

<b>A PUBLICIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO .....</b>	<b>347</b>
1. A publicidade na sociedade atual .....	347
1.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária .....	347
1.2. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias.....	349
2. Publicidade enganosa.....	349
2.1. Publicidade enganosa por omissão.....	351
2.2. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro .....	352
3. Publicidade abusiva .....	353
4. A força vinculante da publicidade para o fornecedor.....	353
5. Ônus da prova na comunicação publicitária .....	354
6. A contrapropaganda .....	354
7. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo.....	355
8. Questões de Concursos.....	356
9. Quadro Sinótico.....	362

**CAPÍTULO XII**

<b>PRÁTICAS ABUSIVAS .....</b>	<b>363</b>
1. Venda casada ou imposição de limites quantitativos pelo fornecedor .....	364
2. Recusa de contratar pelo fornecedor .....	365
3. Produtos enviados sem solicitação prévia .....	366
4. Aproveitamentos das vulnerabilidades específicas do consumidor .....	366
5. Exigência de vantagens excessivas.....	366
6. Execução de serviço sem orçamento prévio.....	367
7. Repasse de informações depreciativas relativas a consumidor .....	367

8. Inserção no mercado de produto em desacordo com as normas técnicas .....	368
9. Recusa de venda de bens ou prestação de serviços .....	369
10. Elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços .....	369
11. Ausência de prazo para cumprimento de obrigação pelo fornecedor .....	370
12. Aplicação de fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido .....	371
13. Orçamento: dever de entrega, vinculação e prazo de validade .....	371
14. Produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle de preços .....	372
15. Cobrança de dívidas .....	373
15.1. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo .....	373
15.2. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago .....	374
15.2.1. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro? .....	375
15.2.2. É preciso provar culpa do fornecedor para incidência do art. 42? .....	376
16. Planos de saúde: experiência brasileira e função social .....	378
17. Questões de Concursos .....	384
18. Quadro Sinótico .....	389

## CAPÍTULO XIII

<b>BANCO DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES .....</b>	<b>391</b>
1. Acesso do consumidor às informações a ele relativas .....	391
2. Limite temporal de consignação das informações negativas: 5 anos .....	392
2.1. Termo inicial da contagem dos 5 anos .....	393
3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor .....	393
3.1. De quem é o dever de comunicação? .....	394
3.2. É suficiente a prova do envio da comunicação? .....	395
3.3. A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de reprodução de dados existentes em banco de domínio público? .....	395
3.4. De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida? .....	396
4. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita? .....	397
5. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo .....	398
5.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto .....	398
5.2. Há dano moral se já havia inscrição anterior? .....	399
5.3. Valores de indenização .....	399
5.4. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida .....	400
5.5. Prazo prescricional .....	400
6. Bancos de dados como entidades de caráter público .....	400
7. Prescrição dos débitos e cadastros negativos .....	401
7.1. Prescrição da ação de cobrança, não do título executivo .....	401

8. Bancos de dados contra maus fornecedores.....	402
9. Questões de Concursos.....	403
10. Quadro Sinótico.....	407

## CAPÍTULO XIV

### NEGÓCIOS JURÍDICOS – PRINCÍPIOS CLÁSSICOS E ATUAIS..... 409

1. Contextualizando: tentando entender o ontem e o hoje.....	409
2. Tríplice escolha da vontade.....	410
2.1. Persiste a tríplice escolha? .....	410
2.1.1. Crescente objetivação do conteúdo negocial.....	411
3. Igualdade formal .....	411
3.1. Igualdade material ou substancial .....	412
4. <i>Pacta sunt servanda</i> .....	413
4.1. Boa-fé objetiva .....	413
4.1.1. Funções da boa-fé objetiva.....	414
4.1.2. A teoria dos atos próprios e a boa-fé objetiva.....	415
4.1.2.1. <i>Venire contra factum proprium</i> .....	416
4.1.2.2. Adimplemento substancial ( <i>substancial performance</i> ).....	416
4.1.2.3. <i>Supressio e surrectio</i> .....	417
4.1.2.4. <i>Tu quoque, exceptio doli e exceptio non adimpleti contractus</i> .....	418
4.1.2.5. <i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar o prejuízo) .....	419
5. Relatividade dos contratos.....	420
5.1. Função social dos contratos.....	420
6. Autonomia da vontade .....	421
6.1. Repúdio ao abuso de direito.....	422
7. Questões de Concursos.....	422
8. Quadro Sinótico.....	424

## CAPÍTULO XV

### PROTEÇÃO CONTRATUAL..... 427

1. O contrato de consumo: distância do modelo clássico .....	427
2. A função social dos contratos.....	427
3. Necessidade de prévio conhecimento do conteúdo contratual pelo consumidor.....	427
4. Necessidade de redação clara e inteligível dos contratos de consumo.....	428
4.1. São válidas as limitações contratuais de direitos do consumidor? .....	429
5. Necessidade de interpretação favorável ao consumidor .....	430
5.1. Como interpretar a expressão “danos pessoais” nos contratos de seguro .....	431
6. Escritos particulares, recibos e pré-contratos .....	432

7.	Direito de desistência imotivada sete dias após a conclusão do contrato.....	432
7.1.	Devolução dos valores pagos pelo consumidor .....	434
8.	Garantia contratual .....	434
8.1.	Como se conta o prazo da garantia contratual?.....	435
9.	O novo comércio eletrônico na atualização do CDC .....	436
10.	Questões de Concursos.....	438
11.	Quadro Sinótico.....	443

## CAPÍTULO XVI

<b>CLÁUSULAS ABUSIVAS.....</b>	<b>445</b>	
1.	Sistema de nulidades do CDC.....	445
2.	Análise das cláusulas abusivas do CDC.....	446
3.	Cláusulas de abertura: a importante função da jurisprudência .....	454
3.1.	Ofensa aos princípios fundamentais do sistema jurídico .....	455
3.2.	Restrição de direitos fundamentais ou violação do equilíbrio contratual .....	455
3.3.	Cláusula excessivamente onerosa para o consumidor: análise das circunstâncias peculiares ao caso. ....	460
4.	É possível separar a cláusula abusiva do restante do contrato? .....	461
5.	Controle abstrato das cláusulas abusivas .....	462
6.	Contratos que envolvam outorga de crédito ou financiamento: dever de informação.....	463
6.1.	Sujeição das instituições financeiras ao CDC.....	463
6.1.1.	Capitalização dos juros .....	464
6.1.2.	Comissão de permanência.....	465
6.1.3.	Juros superiores a 12% ao ano .....	465
6.1.4.	Taxa referencial .....	466
6.1.5.	Comissão de concessão de crédito .....	466
6.1.6.	O banco responde por defeito de produto obtido a partir de financiamento bancário? .....	466
6.1.7.	Cobrança indevida pela emissão de boletos bancários.....	467
6.1.8.	Informações fornecidas pelas instituições financeiras ao Sisbacen .....	467
6.1.9.	As propostas do Plano Nacional de Consumo e Cidadania .....	467
6.1.10.	Cartões de crédito e débito .....	469
7.	Multas de mora: limite nos contratos de consumo .....	471
8.	Pagamento antecipado da dívida: redução dos juros e encargos.....	472
9.	Nulidade das cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas.....	472
10.	Restituição dos valores nos contratos de consórcio.....	475
11.	Obrigatoriedade de que os valores sejam expressos em moeda nacional.....	475
12.	Sanções administrativas .....	476

12.1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor .....	477
13. Questões de Concursos.....	478
14. Quadro Sinótico.....	487

## **CAPÍTULO XVII**

<b>CONTRATOS DE ADESÃO .....</b>	<b>489</b>
1. Conceito legal .....	489
2. Interpretação contra o estipulante.....	489
3. Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.....	491
4. Cláusulas que limitam direitos dos consumidores .....	492
5. Questões de Concursos.....	493
6. Quadro Sinótico.....	495

## **CAPÍTULO XVIII**

<b>DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO .....</b>	<b>497</b>
1. Interesses ou direitos difusos.....	498
2. Interesses ou direitos coletivos .....	498
3. Interesses ou direitos individuais homogêneos .....	499
3.1. Legitimação do Ministério Público.....	500
3.1.1. Interesse ainda que disponível.....	500
3.1.2. Interesse social .....	501
3.2. O Ministério Público como substituto processual.....	503
4. Legitimação concorrente.....	504
4.1. Os Procons podem propor ações coletivas em prol dos consumidores? .....	505
4.2. Os Procons podem figurar no polo passivo das lides?.....	506
5. Estímulo à efetividade: admissibilidade de todas as espécies de ações .....	507
5.1. As astreintes podem ser impostas contra a Fazenda Pública? .....	510
5.2. É possível que haja bloqueio de valores em contas públicas? .....	510
5.3. As astreintes podem ser determinadas de ofício? .....	511
5.4. A obtenção do resultado prático equivalente.....	511
6. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos .....	515
6.1. Execução da sentença: direitos individuais homogêneos .....	519
6.1.1. É possível executar no domicílio da vítima?.....	519
6.1.2. Legitimidade do Ministério Público para execução da sentença coletiva ..	520
6.1.3. Prescrição para a execução individual da sentença coletiva.....	520
7. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços .....	520
7.1. Inversão do ônus da prova.....	520
7.2. A inversão do ônus da prova é regra de procedimento ou regra de julgamento? .....	522

7.3.	Em que foro devem ser propostas as ações intentadas pelo consumidor? .....	523
8.	Da coisa julgada .....	527
8.1.	Os efeitos da sentença – no caso de interesses individuais homogêneos relacionados a relações de consumo – limitam-se à competência territorial do órgão julgador? .....	531
9.	Questões de Concursos.....	532
10.	Quadro sinótico .....	542
<b>QUESTÕES DIVERSAS.....</b>		<b>545</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>557</b>
<b>ANEXOS</b>		
<i>Anexo I</i>		
	Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 .....	563
<i>Anexo II</i>		
	Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012.....	587
<i>Anexo III</i>		
	Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.....	593
<i>Anexo IV</i>		
	Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012.....	601